

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Centro de Investigação em Estudos Jurídicos (CIEJ)



**Curso sobre Instrumentos de
Gestão Territorial:
Programação e Execução de
Planos Territoriais de âmbito
municipal**

Instituto Politécnico de Leiria

2017

1. Descrição geral

1.1. Justificação e Enquadramento

Atendendo a que não se realiza há dois anos letivos a Pós-graduação em Direito do Urbanismo e do Ambiente, entende-se que se verifica a necessidade de realizar formações breves avançadas nesta área do Direito, por forma a colmatar a lacuna atualmente existente.

1.2. Objetivos

Este curso tem uma forte vertente prática, visando explicar o sistema de planeamento territorial em ação, dando conta das suas potencialidades e debilidades e fornecendo estratégias para a sua adequada concretização.

1.3. Destinatários

- Técnicos da Administração e promotores privados
- Alunos de licenciatura, pós-graduação e mestrado com interesse na área do urbanismo

1.4. Programa

1. Ordenamento do Território e Urbanismo - fronteiras difusas

Referencial Conceptual em Contexto de Mudança

1.1. Território no Centro das Políticas Públicas

- Ordenamento do Território
- Urbanismo
- Desenvolvimento Territorial
- Planeamento Urbanístico
- Instrumentos de Planeamento Territorial
- Cidade - Urbano
- Reurbanização
- Renovação – Regeneração – Reabilitação

1.2. Competividade Territorial

1.3. Urbanismo de Coesão Territorial - Cidades Sustentáveis/Resilientes

2. Sistema de Planeamento/Gestão Territorial – Quadro Legal

2.1. Evolução do Sistema de Planeamento Territorial_ As principais alterações do novo regime dos instrumentos de gestão territorial

2.2. Sistema dos Instrumentos de Gestão Territorial – Recentes Alterações

2.2.1. Tipicidade dos programas e planos territoriais

2.2.2. Caracterização Geral dos Planos e Programas Territoriais (conteúdo documental e material)

2.2.3. Procedimento de Planeamento (passos procedimentais, avaliação estratégica de impactes e consideração de riscos)

2.2.4. Relação entre Programas e Planos Territoriais

2.2.5. Procedimentos de Dinâmica

2.2.6. Medidas Cautelares dos Planos

2.2.7. Sistemas e Instrumentos de Programação e de Execução dos planos territoriais

- A qualificação e programação do solo urbano
- Instrumentos de gestão e concretização dos planos
- As operações de reparcelamento e a execução sistemática e não sistemática do plano
- As unidades de execução (função, menções, procedimento)
- Planeamento e execução de operações de reabilitação urbana
- O solo rústico e as novas formas de ordenamento rural

2.2.8. Monitorização

3. Apresentação de Casos de Estudo, com incidência na:

- Interligação entre condicionantes legais, programas, planos e regulamentos municipais
- Delimitação de unidades de execução e consequências da sua não concretização
- Planos de pormenor com efeitos registais
- Relação entre o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação: a reposição da legalidade e os planos com efeitos regularizadores

4. Adequação do Sistema e dos Instrumentos ao processo de planeamento

4.1. Fragilidades do Sistema de Planeamento

4.2. Atuais Desafios do Desenvolvimento Territorial

4.3. Emergência no processo de planeamento de uma abordagem de base territorial

4.4. Governança e Participação na Gestão Territorial

1.5. Formadores

Dulce Margarida de Jesus Lopes

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1999; Atribuição do *Prémio Doutor Manuel de Andrade*, destinado a galardoar o(a) aluno(a) que tenha obtido a classificação final mais elevada de conclusão de licenciatura; Curso de Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, CEDOUA, 2002; Conclusão de Mestrado em Ciências Jurídicas-Políticas, 2004; Atribuição do prémio *Doutor Afonso Rodrigues Queiró*, destinado a galardoar o aluno com classificação mais elevada no curso de mestrado na área de ciências jurídico-políticas; Elaboração de tese de doutoramento sob a orientação do Prof. Doutor Moura Ramos.

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra onde leciona aulas da disciplina de direito internacional privado e comunitário; de direito comunitário; de direito do urbanismo e gestão urbanística; de emprego públicos, de direito dos contratos públicos e de teoria da organização na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Responsável da disciplina *European Legal Order* na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lille, França, desde 2009. Colaboradora/formadora de cursos de formação, pós-graduação e mestrados na área do direito do urbanismo, registos e notariado, direito humanos e direito da união europeia (v.g. CEDOUA, CENOR, ICJP, AEEC, CEFA, *Ius Gentium Conimbrigae*).

Oradora em várias conferências nacionais e internacionais sobre direito do urbanismo e direito da união europeia e redatora de Relatórios Nacionais em projetos financiados pela Comissão Europeia.

Maria José Lufinha Andrade da Silva

Natural de Viseu, nascida em agosto de 1973. Licenciada em Planeamento Regional e Urbano, em 1998, pela Universidade de Aveiro e Pós-Graduada em Políticas e Práticas em Turismo, em 2003, pela Universidade de Évora. Exerce a profissão de urbanista desde 1999.

Técnica municipal desde 2001, tem participado na elaboração de diversos planos municipais, estudos e projetos. Entre 2005 e 2007, desempenhou funções de consultadoria para a Câmara Municipal de Évora, no âmbito do processo de Revisão do PDM de Évora, enquanto responsável pelos Estudos Setoriais – Demografia e Alojamentos e pela Carta Educativa.

No domínio da Gestão Urbanística Municipal, entre 2007 e 2010, foi Chefe de Divisão de Planeamento e Administração Urbanística na Câmara Municipal de Moura, assumindo as funções de coordenação dos procedimentos de controlo prévio e dos instrumentos de planeamento municipal. Integrou o júri de concursos no âmbito da contratação pública, para aquisição de diversos projetos de arquitetura para equipamentos públicos.

Desde 2010, na Câmara de Moura, tem participado na elaboração, alteração e revisão de planos municipais; na delimitação de unidades de execução e realização de loteamentos municipais.

1.6. Sala

D.S.1.1 (JurisLab)

1.7. Propina, duração e calendarização:

- A propina será a seguinte:

Público em Geral 150€;

Estudantes ou ex-estudantes do IPLeia 130€;

Funcionários com avaliação 60€.

- O Curso terá um número total de 21 horas.

- 3 Sábados, num total de 21 horas: 7, 14 e 21 de outubro

Horário:

Sábados – manhãs: 9h30 às 13h30

– tardes: 14h30 às 17h30

1.8. Avaliação de Conhecimentos e Certificação

O formando poderá submeter-se a avaliação, através da realização de uma prova escrita.

Ao formando que obtenha aprovação na prova será atribuído um Certificado de Frequência com avaliação.

A frequência de pelo menos 75% das horas totais da parte letiva de cada módulo do Curso permite a obtenção de um Certificado de Frequência.

1.9. Candidaturas:

As candidaturas poderão ser realizadas de 05/09/2017 a 16/09/2017 através do preenchimento da ficha de candidatura em www.ipleiria.pt.

Os candidatos serão selecionados por avaliação curricular, sendo tida em conta a formação académica e a experiência profissional.

A decisão de aceitação das candidaturas será comunicada até no dia 19/09/17.

1.10. Inscrições:

26/09/17 a 30/09/17

+Informações:

Secretariado de Pós-Graduações

Tel. 244 820 308 - Fax. 244 820 310

E-mail: posgraduacoes@estg.ipleiria.ptwww.ipleiria.pt